

| | |
|---|----|
| 1. 24 Horas, 07-07-2009, Constâncio safo | 1 |
| 2. Correio da Manhã, 07-07-2009, PS iliba Constâncio no processo BPN | 2 |
| 3. Destak, 07-07-2009, BPN ao serviço de «prática empresarial gananciosa» | 4 |
| 4. Diabo, 07-07-2009, Coisas d? O Diabo - BPN cheio de fugas | 6 |
| 5. Diário de Notícias, 07-07-2009, Oposição acusa PS de "branquear" Banco de Portugal | 7 |
| 6. Diário Económico, 07-07-2009, Editorial - A comissão de inquérito ao BPN valeu a pena? | 9 |
| 7. Diário Económico, 07-07-2009, Relatório do BPN iliba actuação de Vítor Constâncio | 10 |
| 8. i, 07-07-2009, Gestão nacionalizada do BPN recusou dar documentos | 13 |
| 9. Jornal de Negócios, 07-07-2009, Editorial - Crónica dos bons malandros | 15 |
| 10. Jornal de Negócios, 07-07-2009, Nova questão | 16 |
| 11. Jornal de Negócios, 07-07-2009, Oposição acusa PS de branquear papel do BdP | 17 |
| 12. Jornal de Notícias, 07-07-2009, PS propõe absolvição para Constâncio | 19 |
| 13. Meia Hora, 07-07-2009, BPN vítima de negócios megalómanos e da crise | 20 |
| 14. Meia Hora, 07-07-2009, Relatório da comissão desculpabiliza o BdP | 21 |
| 15. Metro Portugal, 07-07-2009, Comissão de Inquérito ao caso BPN iliba Banco de Portugal | 22 |
| 16. Primeiro de Janeiro, 07-07-2009, Nacionalização do BPN foi a melhor opção | 23 |
| 17. Público, 07-07-2009, Banco de Portugal não falhou mas podia ter sido mais diligente | 24 |
| 18. Record, 07-07-2009, PS iliba atuação de Constâncio | 26 |



MÁRIO CRUZ/LUSA



♦ Vítor Constâncio teve de se explicar várias vezes no Parlamento

CONCLUSÕES DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DO BPN

Constâncio safo

O relatório que a Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN vai apresentar hoje à Assembleia da República isenta de culpas o Banco de Portugal.

"Ao longo destes anos o Banco de Portugal acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua, sendo de relevar neste âmbito as queixas dos responsáveis do BPN que consideravam essa acção persecutória", acrescenta o relatório final, elaborado pelo PS.

O relatório destaca sobretudo que no banco de Oliveira e Costa ocorriam "práticas ilícitas (...) dolosamente escondidas e [que] não foram sequer descobertas pelas entidades internas e externas de auditoria, ou, pelo menos, não

foram relatadas".

"Por conseguinte, e atendendo, por um lado à sua ocultação e por outro à inexistência de relatos por parte das entidades encarregues da auditoria, resulta evidente que a sua descoberta fosse um desiderato dificilmente atingível por parte da supervisão do BdP", governado por Vítor Constâncio.

Nuno Melo, deputado do CDS-PP, disse ontem que o seu partido vai votar contra o relatório final, preparando-se para apresentar conclusões alternativas na última reunião dos deputados, que decorre terça-feira. A Comissão de Inquérito, presidida por Maria de Belém, vai ainda debater hoje o relatório, que na quinta-feira será votado em plenário. ▽

PARLAMENTO ■ DEPUTADOS PROMETEM APRESENTAR CONCLUSÕES DIFERENTES

PS iliba Constâncio no processo BPN

■ Relatório aponta baterias a Oliveira e Costa, Dias Loureiro e Miguel Cadilhe. Socialistas limitam-se a dizer que a supervisão podia ter sido mais diligente

● DIANA RAMOS

O governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, escapa ileso no inquérito parlamentar sobre o BPN. O PS, autor do relatório final, limitou-se a usar dois adjectivos para criticar a supervisão. E apontou baterias a três protagonistas ligados ao PSD: Oliveira e Costa, Dias Loureiro e Miguel Cadilhe.

Num parágrafo de quatro linhas, inserido num relatório com 222 páginas, os socialistas só admitem que “o apuramento de situações menos transparentes poderia ter determinado uma acção mais incisiva e diligente do Banco de Portugal”. Depois, seguem-se justificações para o que os restantes partidos dizem ser falhas de supervisão.

“No mundo dos negócios, como noutras esferas, é possível praticar actos fraudulentos e mantê-los em segredo”, deixa claro no texto a deputada Sónia Sanfona, autora do relatório, acrescentando logo nas linhas seguintes que “o BdP acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua”. “O facto de o BPN ter chegado à situação de inviabilidade a que se chegou não permite retirar a ilação de que o BdP terá, de forma directa e intencional, ignorado ou permitido essa situação, já que as práticas ilícitas são dolosamente escondidas”, podeler-se.

Fazendo recordar palavras proferidas na comissão pelo próprio Vítor Constâncio, o PS escreve nas conclusões que “a supervisão é distinta da investigação criminal”, dando como exemplo não ter poder para pedir escutas telefónicas.

Para Nuno Melo, do CDS, as conclusões são “politicamente motivadas em relação à gestão do BPN e



Governador do Banco de Portugal recusou críticas na comissão. PS também não as fez no relatório

Socialistas dizem que as práticas dolosas foram escondidas

à forma como foi exercida a supervisão”. “Não quero acreditar que a proximidade das eleições o possa justificar.”

João Semedo, do BE, diz que “o relatório está aquém dos factos e evidências que foram provados na comissão”, tendo feito uma “crítica tímida” ao BdP. Honório Novo, do PCP, entende que “o relatório está governamentalizado e proteccionista”. Já Hugo Velosa, do PSD, admite que, “de forma ínvia, o PS tentou dar uma conotação política à gestão do BPN”. Ricardo Rodrigues, deputado socialista, diz que o PS terá “dificuldade em aceitar propostas opostas [às suas]”. ■ *COM J.F.

🔍 PORMENORES

● VOTAÇÃO

A comissão de inquérito vota e aprova hoje o relatório final apresentado pelo PS. Será discutido em plenário dia 9.

● PROCESSOS

Segundo o relatório, o BdP instaurou seis processos de contra-ordenação ao BPN, em 2008.

● INCOMPATIBILIDADES

O PS admite rever as incompatibilidades para pessoas que tenham passado pela supervisão e transitem para a Banca.

Banco teve uma “estratégia gananciosa”

● O PS conclui que “o BPN foi um instrumento financeiro colocado ao serviço de uma estratégia gananciosa, muitas vezes precipitada e mal calculada”, e diz que o grupo se desenvolveu “mercê da colaboração objectiva de pessoas influentes”, citando os exemplos de Oliveira e Costa, Dias Loureiro e de alguns accionistas. Na lista dos negócios ruinosos estão Porto Rico, a Labicer e a CNE, a que se soma “o elevado montante despendido pela SLN” na contratação de Cadilhe, quando a situação financeira “já se encontrava deteriorada”. ■



RELATÓRIO
PS livra
Constâncio
no BPN
PÁG. 22



RELATÓRIO

BPN ao serviço de «prática empresarial gananciosa»

⊙ Aos negócios de elevado risco juntaram-se as concessões de crédito excessivas a empresas do grupo, os empréstimos sem garantias e os pagamentos em dinheiro vivo aos colaboradores da Sociedade Lusa de Negócios. Tudo junto resultou na deterioração do Banco Português de Negócios (BPN), concluiu o relatório da comissão de inquérito.

Divulgado pela Lusa, o documento revela ainda que existiu um «recurso sistemático e regular a offshores e a outras entidades, designadamente o Banco Insular, para a realização de operações financeiras ilícitas e à margem da contabilidade oficial».



PAULA PAZ/DESTAK

Relatório refere que nacionalização do banco foi a melhor opção

É ainda referido que «o BPN foi um instrumento financeiro, colocado ao serviço de uma estratégia e prática empresarial gananciosa, mui-

tas vezes precipitada e mal calculada» e que a nacionalização foi a «melhor opção» devido à ausência de um plano «viável». ●



BPN foi alvo de «prática empresarial gananciosa» e negócios megalómanos

ÚLTIMA HORA PÁGINA 19



Coisas d'o Diabo



➤ **BPN cheio de fugas**

➤ A semana passada, precisamente à beira de Manuel Dias Loureiro ser constituído arguido no caso BPN, um grupo de "colaboradores" do malfadado Banco (que agora é do Estado) começou a disparar e-mails para deputados e redacções de jornais, dando notícias detalhadas dos percalços diários da instituição. Um dos e-mails chegou à capa do jornal 'Público'. Ele há com cada coincidência! Será já a supervisão (interna) a funcionar?



ID: 25840566

07-07-2009

política

BPN. Tudo o que o PS admite no relatório final do inquérito ao caso BPN é que poderia ter havido do Banco de Portugal "uma acção mais incisiva e mais diligente". A oposição promete votar contra, acusando os socialistas de "branqueamento" da acção da supervisão bancária. Vêm aí, como é hábito nas comissões parlamentares de inquérito, conclusões alternativas

OPOSIÇÃO ACUSA PS DE "BRANQUEAR" BANCO DE PORTUGAL

■ EVA CABRAL

O relatório da Comissão de Inquérito ao caso BPN – da responsabilidade da socialista Sónia Sanfona – admite que poderia ter havido "uma acção mais incisiva e mais diligente do Banco de Portugal [BP]". Mas a tímida crítica aqui implícita à acção de Vitor Constâncio faz a oposição parlamentar falar de um "branqueamento da supervisão". Após uma primeira leitura do documento, o veredicto é unânime: voto contra e apresentação de conclusões alternativas.

Sónia Sanfona defende no relatório que, ao longo de vários anos, o Banco de Portugal "acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua, sendo de relevar neste âmbito as queixas dos responsáveis do BPN que consideravam essa acção per-

secutória". Na óptica da relatora, no BPN ocorriam "práticas ilícitas e dolosamente escondidas", lembrando que estas "não foram sequer descobertas pelas entidades internas e externas de auditoria, ou, pelo menos, não foram relata-

Ao DN, a deputada socialista esclarece que quando fala em acção mais diligente e incisiva do BP considera que face a alguns indícios "este poderia ter remetido algumas informações à Procuradoria-Geral da República que é quem pode conduzir investigações de tipo policial".

O relatório defende, ainda, a opção governamental de nacionalização do BPN, tendo Sónia Sanfona lembrado ao DN "que a medida foi tomada num clima internacional em que cerca de dez instituições bancárias foram nacionalizadas no espaço da UE".

Oposição unida contra

O documento refere que "não havendo realmente um plano viável para manter a instituição, designadamente não havendo quem estivesse interessado na sua aquisição, a falência teria, para além dos riscos sistémicos, um custo provavelmente maior do que a nacionalização, tendo-se esta mostrado como a melhor opção".



Sónia Sanfona, do PS, apresentou um relatório do qual Nuno Melo, do CDS, discorda

CDS e PSD criticam 'ataque' a Cadihe

"Miguel Cadihe, que é mencionado de forma negativa no relatório, até colaborou com o Banco de Portugal, tendo um papel fundamental na Operação César, que permitiu a identificação de 94 *offshores* do grupo SLN/BPN", lembrou ontem Nuno Melo. O deputado critica o facto de as conclusões mencionarem apenas José Oliveira e Costa, Manuel Dias Loureiro e Miguel Cadihe – ex-presidente do BPN –, dizendo que "teria de ponderar o papel de todas as outras". Também Hugo Velosa, deputado do PSD, considera que o relatório tenta "dar a entender várias vezes que existe ligação ao PSD e isso é particularmente evidente em relação a Miguel Cadihe".

O relatório vai ser hoje debatido e votado na Comissão de Inquérito e toda a oposição promete apresentar conclusões alternativas, pois consideram que o texto branqueia as responsabilidades de supervisão do BP.

Para João Semedo, do BE, "o complexo político-financeiro tinha um braço partidário que não se pode esconder, cujos beneficiários eram de um mesmo partido, o PSD", facto que segundo o deputado não está expresso no relatório. "O PS não conseguiu impedir no relatório uma crítica muito tímida e envergonhada" à actuação do BP, acrescentou.

Também Nuno Melo, do CDS, considera que "há um branqueamento completo de uma supervisão que falhou de forma grave e reiterada nos últimos anos". O deputado frisa que "a avaliação da maioria não consegue dissociar o papel de Constâncio enquanto go-

vernador do BP e enquanto camarada do PS". "Não nos revemos e rejeitamos estas conclusões", conclui Nuno Melo, que vai apresentar conclusões alternativas.

Honório Novo, do PCP, denuncia, por seu lado, que houve uma verdadeira "governamentalização" do relatório, que diz assumir uma atitude "proteccionista" para com o governador do BP. Em matéria de nacionalização, refere que o relatório não analisa "numa óptica da relação custo/benefício", sublinhando que se omitem "mesmo as declarações de várias pessoas que claramente defendiam que se poderia ter avançado para uma solução que assegurasse outros activos".

Para Hugo Velosa, do PSD, as conclusões tentam "branquear o que correu mal com o BP". E o relatório tenta dar uma "conotação política ao BPN" o que, em seu entender, "não é aceitável". ■



[O BP] acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua

Sónia Sanfona

Deputada do PS



Constâncio poupado no relatório BPN

Oposição acusa PS de "branqueamento" da supervisão no relatório do caso BPN e ameaça votar contra. **POLÍTICA, pág. 10**



EDITORIAL

A comissão de inquérito ao BPN valeu a pena?

A proposta de relatório final da comissão de inquérito ao caso BPN, da responsabilidade do PS, iliba Vítor Constâncio de responsabilidades directas e pessoais pelo não apuramento de práticas ilícitas que resultaram na nacionalização do banco. A oposição, incluindo o PSD, exige precisamente o contrário.

A comissão de inquérito ao BPN teve virtudes que, inicialmente, não pareciam possíveis de alcançar, mas a politização do seu relatório final, por calculismo partidário, é uma ameaça, mais uma, a novas iniciativas dos deputados, especialmente em processos - financeiros ou não - que também decorrem em fóruns judiciais.

É importante que os deputados dos vários grupos parlamentares tentem chegar a um acordo mínimo para o relatório final, sob pena de destruírem, eles próprios, o valor acrescentado que conseguiram gerar nesta comissão. E é importante que a comissão não se esgote em torno de um nome, mesmo que seja Vítor Constâncio. Se a comissão de inquérito foi lançada apenas para pedir a demissão do governador, foi mal lançada. Constâncio não está isento de críticas, pelo contrário, deveria ter tido um papel mais assertivo em matéria de supervisão, mais diligente, mais exigente. Facilitou, e isso deve constar do relatório final.

Mas a comissão de inquérito deve ir mais longe, deve avaliar onde é que a supervisão falhou e onde é que o sistema deve ser revisto. Para que as conclusões não sejam, mais uma vez, uma arma de arremesso político em vésperas de eleições. Sem isto, francamente, a comissão de inquérito fica aquém dos seus objectivos.



Relatório do BPN iliba actuação de Vitor Constâncio

Para o PS não se pode concluir que o BdP ignorou ou permitiu a situação de inviabilidade a que chegou o banco.

Lígia Simões

ligia.simoeseconomico.pt

O relatório final da comissão de inquérito ao BPN aponta falhas aos modelos de supervisão e regulação internacionais, sustentando que Vitor Constâncio cumpriu as regras de supervisão prudencial, mas estas é que se revelaram ineficazes, o que foi evidenciado pela crise financeira. Num documento de mais de 200 páginas, nas 16 que são dedicadas às conclusões, o PS deixa de fora a actuação do governador do Banco de Portugal e enfatiza que nenhum outro banco do sistema foi sujeito a mais inspeções directas entre 2001 e 2008, apesar de ter um peso de 1% a 2% no sistema.

A proposta de relatório final da comissão de inquérito foi entregue aos deputados com quase cinco horas de atraso. Toda a oposição aponta fortes críticas às conclusões e prepara-se para apresentar propostas alternativas (ver caixas). A leitura política do PS dos factos que levaram à nacionalização do BPN, avançada em primeira mão pelo Diário Económico, acaba por revelar, para a oposição, uma protecção ao governador do BdP, muito visado pelas críticas dos restantes partidos. Para hoje está prevista a discussão e votação final do relatório, que será apresentado em plenário a 9 de Julho.

O PS conclui que não era possível ao regulador nacional detectar as fraudes no banco. Mas deixa, porém, um recado a Constâncio, face ao incumprimento reiterado das indicações do regulador: "poderá ter determinado uma acção mais incisiva e mais diligente do BdP". O PS considera que tal não foi feito porque não correspondeu às expectativas "o crédito profissional e a confiança pessoal" dada a Oliveira Costa (desempenhou funções no BdP e trabalhou directamente com António Marta).

Uma confiança institucional que, aponta o relatório, "ludi-

AS REFERÊNCIAS A CONSTÂNCIO

"A supervisão prudencial do BdP padeceu das mesmas dificuldades que a supervisão a nível internacional".

"Descoberta de práticas ilícitas, atendo à ocultação e à inexistência de relatos dos auditores, era um desiderato dificilmente atingível por parte da supervisão"

"Ficou claro que, ao longo destes anos, o BdP acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua".

"O incumprimento reiterado e propositado de algumas indicações do BdP, poderia ter determinado uma acção mais incisiva e mais diligente do BdP".

briu propositada e reiteradamente a supervisão", e que evitou a descoberta, no final de 2008, de contabilidade paralela e de um buraco financeiro de 700 milhões de euros. Situação que acabou por precipitar a nacionalização do BPN em 5 de Novembro. As imparidades (perdas potenciais) ascendem hoje a 1,6 mil milhões de euros. Esta opção do Governo é caucionada pelos deputados socialistas ao concluírem que o objectivo foi o de assegurar a estabilidade do sistema financeiro impedindo uma crise sistémica como uma corrida aos depósitos do BPN (detinha um volume de 8,5 mil milhões de euros na véspera da nacionalização).

Face à ocultação de fraudes e à inexistência de relatos por parte dos auditores externos e internos, resulta "evidente" para o PS que a sua descoberta fosse "um desiderato dificilmente atingível por parte da supervisão do BdP". A deputada relatora, Sónia Sanfona, salienta ainda que a supervisão é distinta da investigação criminal: "não tem, nem deve ter, meios e poderes que as autoridades competentes para a investigação criminal têm, designadamente a possibilidade de promover a realização de escutas telefónicas".

Apesar de considerar que poderia ter havido uma acção "mais incisiva e diligente", a relatora do PS conclui que "a supervisão prudencial do BdP padeceu das mesmas dificuldades/problemas que a supervisão a nível internacional". O documento sustenta que o actual modelo é "demasiado assente na auto-regulação (...) gerando situações de extremo optimismo, perfeitamente insustentável".

O relatório conclui que a nacionalização foi a melhor opção face ao plano Cadilhe, que implicaria um envolvimento do Estado superior aos 600 milhões sugeridos. E à recusa na proposta da CGD de compra do BPN. ■ **Com M.R.**



PS conclui que administração do BPN procurou evitar que supervisão pudesse "cumprir cabalmente o seu papel".

PS REJEITA CRÍTICAS E TODA A OPOSIÇÃO GARANTE CHUMBO



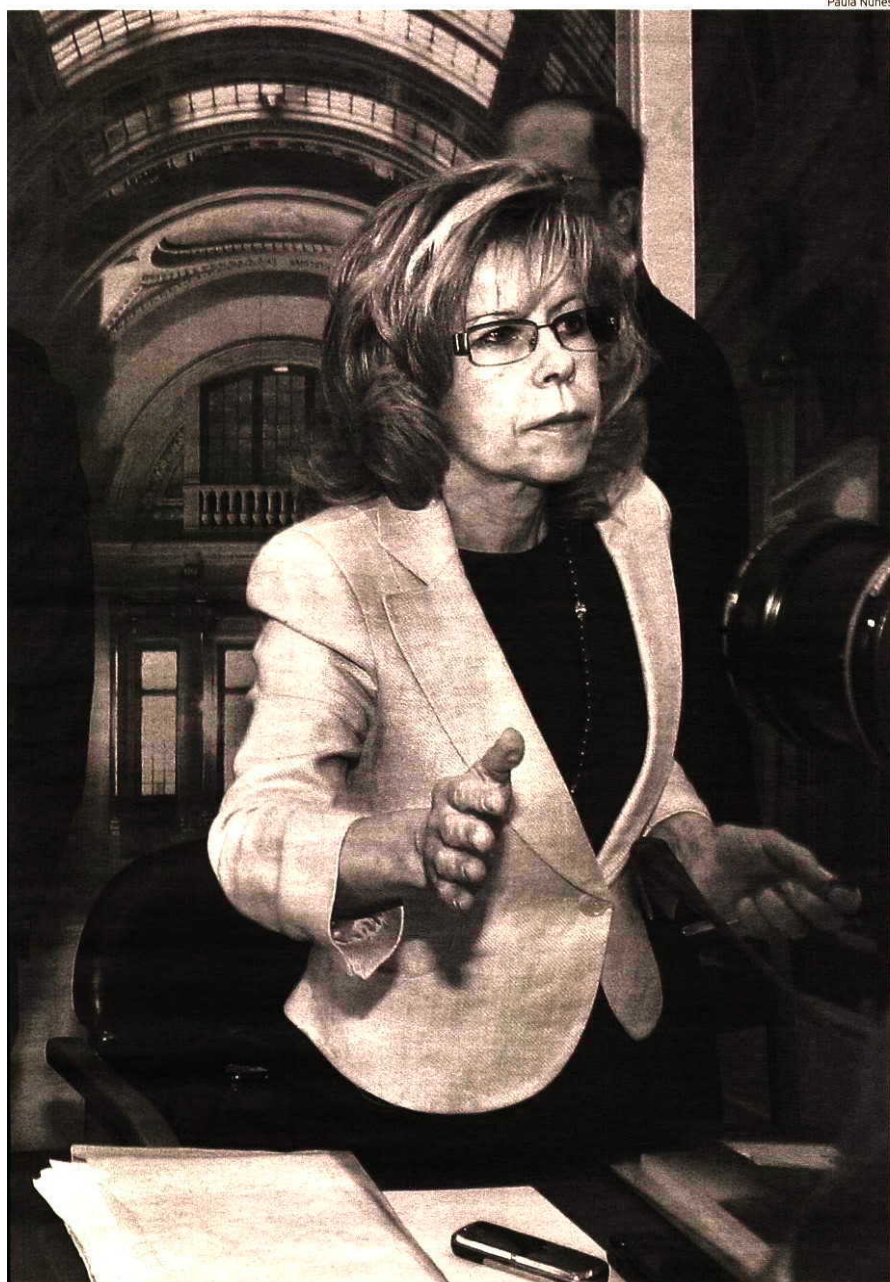
Sónia Sanfona, deputada do PS e relatora do documento



Hugo Veloso, deputado do Partido Social Democrata

"Rejeito as críticas de qualquer motivação política das conclusões. Foram retiradas depois de uma análise rigorosa dos trabalhos da comissão. O CDS criou uma perspectiva de conclusão à partida, essa sim condicionada".

"O PSD está frontalmente contra a generalidade das conclusões e em termos gerais chumbará o relatório". As conclusões alternativas "incidirão em factos que mostram a falta de diligência e de utilização de meios legais" do BdP e também sobre a nacionalização.



Paula Nunes

Incompatibilidades na gestão dos bancos vão ser reforçadas

Deputados querem impedir que quem trabalhe num supervisor possa transitar para a banca.

Sandra Almeida Simões
sandra.simoes@economico.pt

Efectiva responsabilização dos gestores e punições exemplares para quaisquer irregularidades e faltas à verdade, bem como revisão do regime de incompatibilidades entre pessoas que tenham exercido funções na supervisão e transitem, depois, para a actividade bancária e vice-versa. É, sobretudo, sobre estas duas matérias que incidem as recomendações legislativas apresentadas ontem na proposta de relatório final da comissão de inquérito ao caso BPN, da autoria do PS.

Das 222 páginas do documento, a relatora e deputada socialista Sónia Sanfona sintetizou em pouco mais de uma página as onze matérias que poderão carecer de alteração legislativa. Para além do funcionamento das comissões parlamentares de inquérito, onde se afigura essencial a clarificação do regime dos inquéritos parlamentares em matéria de levantamento de segredo profissional, são também expostas as diversas questões que poderão justificar alterações legislativas.

"A banca foi fundada tendo por princípios a confiança, a lealdade e a defesa do interesse dos clientes", recorda o relatório, invocando que "toda a sociedade deve reflectir e ter a noção que, por mais que se supervisione e aperfeiçoem os quadros regulatórios, nada substituirá o comportamento responsável de todos os actores dos mercados financeiros". Desta forma, a comissão irá reivindicar no Plenário já quinta-feira que é urgente uma alteração radical de conduta dos banqueiros, bem como a efectiva responsabilização dos gestores e punições exemplares para quaisquer irregularidades e faltas à verdade. Esta é, de resto, uma alteração que vem sendo amplamente debatida, depois de casos como os de BCP, BPN e BPP. O próprio governador do Banco de Portugal referiu, na audição de 6 de Junho, a suspensão e a criminalização de gestores como uma das medidas servirá para aperfeiçoar do trabalho da entidade que lidera.

"Sendo certo que, no caso BPN, verificou-se o exercício de influências para fins irregulares ou até ilícitos", o documento sugere alterações em relação às in-

compatibilidades e impedimentos de titulares e ex-titulares de cargos políticos e de cargos públicos. Recorde-se que no currículo de Oliveira Costa consta a passagem pelo BdP.

A maior cooperação entre as entidades de supervisão e a PGR, a necessidade de "possibilitar a existência de equipas permanentes do BdP nos principais bancos", o "aperfeiçoamento em matéria de identificação das responsabilidades de auditores" e "promover a audição obrigatória de administradores demissionários" são outras das "necessidades" identificadas no relatório da comissão e que, mais uma vez, vão ao encontro às sugestões de Vítor Constâncio.

As empresas auditoras, a clarificação entre depósitos e produtos de natureza bancária e característicos de mercado de capitais são temas que, segundo o documento, carecem igualmente de alteração legislativa.

A comissão identificou situações que indiciaram "práticas ilícitas" e "evasão fiscal". Daí que se recorde a intenção de remeter o relatório à PGR, para efeitos de investigação criminal. ■

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- Maior escrutínio por parte dos auditores dos contratos de financiamento celebrados por instituições financeiras.

- Melhorar o sistema de fiscalização e supervisão, impedindo que o revisor oficial de contas integre a empresa do auditor externo.

- Possibilitar a existência de equipas permanentes do BdP nos principais bancos.

- Revisão do limite de acções próprias que as instituições detêm ou recebem em garantia.

- Criminalização da prestação de informação falsa aos supervisores.

- Promover a audição obrigatória de administradores demissionários.

- Alterar modelos de governo societário para que os auditores internos não dependam hierarquicamente do conselho de administração.

AS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO APRESENTADO ONTEM



Nuno Melo,
deputado do
CDS/PP

"Aprovar estas conclusões é permitir-se na Assembleia da República que continue tudo na mesma e não poder tranquilizar o país acerca de outros futuros BPN's". O CDS também irá apresentar "uma proposta com conclusões alternativas".



João Semedo,
deputado do Bloco
de Esquerda

O BE irá votar contra a proposta de relatório apresentado pelo PS. "As conclusões têm um tom geral benevolente. O sentimento é de grande frustração e as conclusões ficam muito aquém dos factos evidenciados na comissão".



Honório Novo,
deputado do
Partido Comunista
Português

O relatório terá o chumbo do PCR. "Vamos votar contra estas conclusões, aproveitar algumas delas e apresentar um conjunto de sugestões alternativas que serão votadas amanhã". Estas conclusões visam também a supervisão e nacionalização.



PS isolado na defesa de Constâncio no caso BPN

A oposição está contra as conclusões do relatório do inquérito parlamentar à actuação do Banco de Portugal no caso BPN e prepara-se para chumbar a proposta de relatório do PS. -



Inquérito ao BPN

Gestão nacionalizada do BPN recusou dar documentos

Relatório da comissão diz que o Banco de Portugal podia ter sido mais diligente

A oposição em bloco contesta o relatório e vai apresentar alternativas

ANA SUSPIRO

ana.suspiro@ionline.pt

FILIPE PAIVA CARDOSO

filipe.cardoso@ionline.pt

O Banco Português de Negócios (BPN), já nacionalizado, recusou entregar muitos documentos e elementos pedidos pela comissão de inquérito aos actos de nacionalização do BPN.

Segundo o relatório que hoje será votado pelos deputados, o BPN, já depois de a sua gestão ter sido assumida pela Caixa Geral de Depósitos, sustentou-se nos argumentos do Banco de Portugal (BdP), que invocou o sigilo bancário e o segredo de justiça, para justificar a não entrega de vários documentos. Esta posição "de não colaboração" do regulador foi aliás muito atacada pela oposição e levará à clarificação dos poderes de futuras comissões nesta matéria.

Entre os elementos recusados pelo BPN estão a lista de créditos malparados e sem garantias, e respectivos devedores, os créditos concedidos a accionistas, as transacções entre o BPN e o Banco Insular, documentos relacionados com o negócio ruinoso de Porto Rico, operações e créditos relativos ao empresário libanês El Assir, envolvido em negócios do grupo, bem como os empréstimos concedidos ao grupo Visabeira desde que Francisco Bandeira assumiu a presidência do BPN. O gestor da Caixa é vogal não executivo da Visabeira.

Parte desta informação é vital para aprofundar indícios de práticas ilícitas, no mínimo de evasão fiscal, que justificam o envio do relatório para a Procuradoria-Geral da República, que já tem vários processos de investigação ao BPN.

A ideia de que o BdP pouco ou nada poderia ter feito para travar as fraudes no BPN parece ser o fio condutor das conclusões elaboradas pela socialista Sónia Sanfona e que são contestadas pela oposição, que irá apresentar conclusões alternativas. Porém, o voto do PS é decisivo. As falhas apontadas ao supervisor também se registaram noutros países, diz o documento, e "as origens da situação observada no BPN não podem ser totalmente dissocia-



Relatório da deputada do PS repete muito dos argumentos dados por Vítor Constâncio

FILIPE CASACA

das dos motivos que também estão por detrás da crise financeira actual". O relatório compara mesmo o caso do BPN, apesar das fraudes encontradas, com os dos bancos nacionalizados em 2008.

Conclusões? Poucas, insatisfa-

PRINCIPAIS PONTOS DO RELATÓRIO

Conclusões

- A situação de ruptura e a crise inviabilizavam solução diferente da nacionalização.
- O incumprimento reiterado de indicações do BdP e situações menos transparentes poderiam ter determinado acção mais incisiva e diligente do BdP.
- A supervisão padecia das dificuldades e problemas vividos a nível internacional.
- É muito difícil descobrir fraudes ao mais alto nível.

Recomendações

- Rever incompatibilidades de pessoas da supervisão que passam para a banca.
- Relatório segue para a PGR para investigação criminal.

tórias e sem novidades para a comissão. "Quando há fraudes, sobretudo a alto nível, é muito difícil a sua descoberta", dizem as conclusões, que alertam que "toda a sociedade" deve ter consciência de que "por mais que se supervise e aperfeiçoem os quadros regulatórios, nada substituirá o comportamento responsável de todos os actores dos mercados financeiros".

Sobre a actuação do BdP, o relatório repete várias respostas de Constâncio, responsabilizando mais auditores, consultores e agências de notação de risco do que supervisores. "No mundo dos negócios, é possível praticar actos fraudulentos e mantê-los em segredo."

As próprias recomendações são mais sugestões que apontam para a revisão do regime de incompatibilidades entre quem passe da supervisão para a banca, como Oliveira Costa, ou vice-versa – a imposição de novos impedimentos para revisores oficiais de contas, auditores e consultores, e ainda a criminalização da prestação de informação falsa aos supervisores, já proposta por Constâncio.

Sobre o relatório

João Semedo

BLOCO DE ESQUERDA

Frustração por conclusões aquém do apurado. O PS não evita uma crítica envergonhada ao Banco de Portugal, mas o tom geral é tolerante e elogioso para Vítor Constâncio. Não se questiona a intervenção tardia das autoridades nem a ligação do BPN a antigos dirigentes do PSD.

Hugo Velosa

PSD

A ideia que fica é que toda a gente falhou menos o Banco de Portugal. Para nós, o Banco de Portugal também falhou. Não ficou provado que a nacionalização era a única solução para o BPN. O PSD vai propor conclusões e recomendações legislativas, já que a este nível o relatório é muito pobre.

Nuno Melo

CDS

Não reflecte os meses de trabalho da comissão. Branqueia inexplicavelmente as falhas da supervisão e quase parece politicamente motivado. Esquece muita gente envolvida e faz tábuas rasa das páginas que provam que o BdP conhecia o tipo de actuação do BPN desde 2002.

Honório Novo

PCP

Governamentalizado e proteccionista. As acções levadas a cabo por um conjunto de accionistas, uma rede quase mafiosa, podiam ter sido evitadas se detectadas a tempo e se as decisões da supervisão tivessem seguido os factos que os técnicos do Banco de Portugal detestaram



BPN recusou entregar provas depois de ser nacionalizado

ZOOM A gestão do Banco Português de Negócios, quando já estava nacionalizado, recusou-se a entregar documentos pedidos pela comissão de inquérito, como a lista de créditos malparados. O BPN invocou o sigilo bancário e o segredo de justiça para não colaborar com a comissão de inquérito. // **PÁG. 29**



Editorial

Pedro Santos Guerreiro

Director



Crónica dos bons malandros

S O relatório da comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN está pronto. É um relatório político, não jurídico nem judicial, mas tem muitas avaliações e recomendações. Ninguém é condenado, mas há quem seja absolvido.

A comissão legitima a nacionalização do BPN: naquela altura, naquelas condições, não havia alternativa. Mas deixa também claro as incongruências, contradições e usurpações de uma teia talvez urdida por Oliveira Costa e talvez costurada por Dias Loureiro. Operações através do Banco Insular, "offshores", negócios megalómanos, malas com dinheiro vivo, indícios de práticas ilícitas, evasão fiscal, de negócios de favor, de branqueamento, de salários e prémios por debaixo da mesa. A presumível "roubalheira", como lhe chamou Vital Moreira, com dois senhores de cada lado da mesa, à cabeceira da ruína alheia.

O relatório é essencial para compreender o processo. A avaliação recai, aliás, sobre a própria comissão de inquérito, que produziu um documento útil e bem redigido: já se sabia que os deputados se prepararam como nunca para esta comissão; fica agora evidente que já aprenderam mais lições sobre regulação do sistema financeiro do que muitos dos que o regulam.

É o caso das auditoras. O que o relatório defende devia ser lei desde, pelo menos, os escândalos da Enron: que as responsabilidades têm de ser mais bem definidas; que deve ser proibido que o revisor oficial de contas integre a empresa do auditor externo; que haja um regime de incompatibilidades para as auditoras, para que não possam prestar serviços simultâneos de auditoria e consultoria à mesma empresa.

Perante este denodo ante as auditoras, não se percebe por que não foi o mesmo relatório mais longe no que toca ao Banco de Portugal. Ou

melhor: percebe-se.

Víctor Constâncio é basicamente absolvido, com um mini-raspanete de que podia ter ido mais longe e sido mais desenvolvido. Fica a recomendação de que o Banco de Portugal passe a ouvir administradores demissionários e a ter equipas permanentes nos bancos. Como nas auditoras, pasma-se: mas não se fazia já isso?!

A ingenuidade não é para aqui chamada: este é um relatório político de uma comissão política. Houve deputados que partiram com o firme propósito de confirmar uma tese pré-concebida. E se o tratamento "ad hominem" nas audiências o foi sobretudo contra Constâncio, o relatório final é contra a contratação "milionária" de Cadihe. E isto é política.

Ou o Banco de Portugal não fez o seu papel, ou o seu papel está errado. A grande lição é a da presunção de que algo pode correr mal; que, na dúvida, não se deve assumir que as pessoas são sérias. Essa fé humanista de que o banqueiro nasce puro, o mercado é que o corrumpo, está ultrapassada pelos factos. Quem quiser abrir e gerir um banco tem de provar que merece essa confiança. Essa fidúcia. E o Banco de Portugal deu votos de idoneidade de barato. Mais, geriu a sua supervisão com base nessa bondade: aceitava respostas sem contestar. Olhava para balanços e confiava.

Constâncio tem a melhor reputação do mundo na política económica e monetária, seria um excelente administrador do BCE. Mas delegou a supervisão. Um regulador é feito à imagem de quem o lidera (como se vê na Concorrência ou na ASAE) e quem está à frente do Banco de Portugal não pode desdenhar um policiamento que é, afinal, necessário. O sistema financeiro estava habitado de malandros. E nem sequer eram bons malandros.

**NOVA QUESTÃO****Concorda com
as conclusões
do inquérito
ao BPN?**

A comissão parlamentar de inquérito ao "caso BPN" divulgou ontem o seu relatório, enunciando as conclusões a que chegou sobre a actuação de auditoras, accionistas, administradores e a supervisão do Banco de Portugal. Concorda com as conclusões? Responda, hoje, em www.negocios.pt.



INQUÉRITO AO BPN

Oposição acusa PS de branquear papel do BdP

PSD, CDS e PCP propõem conclusões rivais às do PS, que admite que BdP podia ter sido mais incisivo e diligente

MARIA JOÃO GAGO
migago@negocios.pt

“Branqueamento das falhas de supervisão”. É esta a principal crítica da oposição às conclusões do relatório da comissão de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), elaborado pela deputada do PS, Sónia Sanfona. O facto de o documento admitir que o Banco de Portugal (BdP) podia ter tido “uma acção mais incisiva e mais diligente” é considerado “insuficiente” pelo PSD, CDS-PP e PCP, que hoje vão propor conclusões alternativas à da maioria socialista. O também crítico Bloco de Esquerda estava a ponderar esta possibilidade.

As propostas da oposição, destinadas a responsabilizar o supervisor pelos problemas do BPN, deverão cair em saco roto. Isto porque a maioria está disponível para aceitar algumas das propostas, desde que não vão contra as “convicções do PS”. E o partido do Governo está convencido de que “o problema não parece que tenha sido o facto de o BdP ou Vítor Constâncio terem exercido mal as suas funções. Agiu de acordo com as normas”, sublinhou Leonor Coutinho ao **Negócios**.

Oposição e PS mantêm-se, assim, irredutíveis nas visões sobre a actuação do supervisor no caso BPN. Posições inconciliáveis que prometem animar a reunião da comissão agendada para esta tarde, em que será aprovada a versão final do relatório a discutir em plenário na sexta-feira.

Lendo o documento, “todos falharam, menos o supervisor. Há um branqueamento das falhas de supervisão”, denuncia o social-democrata Hugo Velosa. “O PSD

acha que a supervisão foi estreita demais, devia ter sido mais larga...”, ironiza, numa referência ao relatório que diz que o BdP actuou “de forma estreita e contínua”.

Nuno Melo, do CDS, diz que se trata de “conclusões politicamente motivadas”. Para o deputado, “esta maioria parece não conseguir dissociar a qualidade de governador da qualidade de colega de partido”. João Semedo, do BE, considera que, apesar da “discreta e envergonhada crítica, o tom geral das conclusões é elogioso, compreensivo e tolerante”.

Já Honório Novo diz que aquela referência é “um ‘fait-divers’” e congratula-se com o facto de, apesar de o relatório ser “lamentável”, o País já saber que foram cometidas irregularidades no BPN. E que “durante oito anos, a supervisão deixou andar, por falta de acção”.

A oposição crítica ainda o facto de o relatório concluir que não havia outra solução para o BPN “diferente da nacionalização”. O PSD recorda que havia a proposta de Miguel Cadilhe, a quem o PS não poupa a crítica de ter recebido um “elevado prémio de ingresso”. Esquecendo, como lembra o CDS, de ser crítico com Abdul Vakil, próximo do PS.

O relatório justifica a nacionalização com os “negócios megalómanos e ruinosos”, a crise financeira internacional, a “corrida exponencial ao levantamento de depósitos” e o risco sistémico. “Caso falhasse o pagamento” dos depósitos, o BPN “poderia induzir o levantamento generalizado de biliões de euros que o sistema financeiro não poderia dar resposta”. Sobre o BdP, Sanfona escreve que descobrir as fraudes seria “um desiderato dificilmente atingível”.



Vítor Constâncio | Apesar da avaliação crítica à actuação do Banco de Portugal (BdP), o governador sai ileso do relatório da comissão parlamentar.

OUTROS VISADOS PELO RELATÓRIO

O grupo desenvolveu-se rapidamente, mercê da colaboração de várias pessoas influentes, como Dias Loureiro.

Refira-se o elevado montante despendido pela SLN, a título de prémio de ingresso, para a contratação de Miguel Cadilhe.

COMO MELHORAR A SUPERVISÃO

Propostas apertam cerco aos auditores e reforçam poderes do BdP

DAR INFORMAÇÃO FALSA À SUPERVISÃO DEVE SER CRIME

O relatório propõe uma alteração à legislação que determine que a prestação de informação falsa aos supervisores passe a ser crime. Além disso, o documento defende que o Banco de Portugal passe, obrigatoriamente, a ouvir os administradores demissionários de instituições financeiras, o que não será alheio ao facto de ter havido grande rotatividade de gestores no BPN. Sugere-se que deve haver “equipas permanentes do BdP nos principais bancos” e uma “clarificação entre depósitos, produtos de natureza bancária e produtos característicos de mercado de capitais”. E que seja revisto “o limite de acções próprias que as instituições detêm ou recebem em garantia”.

AUDITOR DEVE SER NOMEADO POR ENTIDADE PÚBLICA

Os auditores externos são um dos principais alvos das propostas de alteração legislativa, chegando-se até a sugerir que a sua nomeação deve ser feita por entidades públicas para “garantir a sua independência face à instituição auditada”. O relatório defende a necessidade de melhorar “a identificação das responsabilidades dos auditores”. Além disso, sugere-se que passe a ser proibido que “o revisor oficial de contas [de uma instituição] integre a empresa do auditor externo”. Defende-se também que deve ser criado “um regime de incompatibilidades destinado às empresas auditoras, evitando a prestação de serviços simultâneos de auditoria e consultoria à mesma instituição”. Finalmente, afirma-se que deve haver “um escrutínio mais próximo e detalhado, por parte dos auditores, dos contratos de financiamento celebrados por instituições financeiras”.

AUDITOR INTERNO NÃO DEVE DEPENDER DA GESTÃO

O relatório propõe ainda uma alteração dos modelos de governo societário, para que os auditores internos deixem de depender hierarquicamente do conselho de administração.



ID: 25840571

07-07-2009

Oposição acusa inquérito ao BPN de “branquear” Vítor Constâncio

● Relatório diz que o banco central poderia ter sido mais “diligente”



O relatório do inquérito à nacionalização do BPN faz uma única crítica ao BdP. O supervisor podia ter sido “mais incisivo e diligente”, admite o PS, na única apreciação negativa à instituição. A oposição acusa a maioria de

“branquear falhas de supervisão” e avança hoje com conclusões alternativas. O PS não aceitará mais críticas a Constâncio, mas admite acolher algumas alterações. O ambiente vai aquecer na reunião de hoje. **Empresas 8**

Conheça as conclusões da comissão de inquérito



COMISSÃO PARLAMENTAR AO BPN

PS propõe absolvição para Constâncio

NELSON MORAIS
sociedade@jn.pt

Os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN terminam hoje com polémica garantida. O motivo maior de discórdia é a supervisão do Banco de Portugal (BP). Se para o PS foi boa, para a Oposição foi muito má.

“A rede de tipo mafioso do BPN poderia ter sido detectada e extirpada bem mais cedo, se o BP tivesse agido como devia. E se não agiu, não foi por falta de indícios e inspeções, mas porque, ao nível da super-estrutura, não quis agir”, comentou ontem o deputado comunista Honório Novo, na posição diametralmente oposta à que o PS vai defender, logo à tarde, na votação do relatório final da comissão Parlamentar de inquérito.

Honório Novo reagia às conclusões apresentadas, ontem, pelo PS. Para a deputada socialista Sónia Sanfona, relatora da proposta de conclusões, cuja aprovação deve ser garantida pela maioria “rosa”, “o BP acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua”.

Segundo Sanfona, “o facto de o BPN ter chegado à situação de inviabilidade a que chegou não permite retirar a ilação de que o BP



MÁRIO CRUZ/LUSA

Socialistas “absolvem” Vitor Constâncio de todas as polémicas com o controlo do BPN

terá, de forma directa e intencional, ignorado ou permitido essa situação”. Segundo relatou, o problema foi que as “práticas ilícitas” do BPN, cujo buraco financeiro levou o Governo a nacionalizá-lo, foram “dolosamente escondidas”.

Sanfona diz que o BP foi apontando irregularidades em sucessivas inspeções feitas ao BPN, e este “incumpriu de forma reiterada e propositada algumas das indicações do BP”. “Tal facto (...) poderia ter determinado uma acção mais incisiva e mais diligente do BP”, admitiu, com várias referências elogiosas à supervisão do banco central, governado pelo socialista Vítor Constâncio.

Para João Semedo, do BE, o reparo “é metido nas conclusões para tentar, ingenuamente, calar aqueles que acham que o BP teve falhas importantes”. Hugo Velosa

“Este relatório confunde política com factos e é um mau serviço ao trabalho da comissão”, diz Velosa

(PSD) e Nuno Melo (PP), à semelhança dos deputados à esquerda do PS, não admitem o “branqueamento” do papel do BP e prometem votar contra as conclusões do PS e apresentar alternativas.

Hugo Velosa não percebe como se pode concluir que “todos falharam menos o BP. Falharam os gestores, os revisores oficiais de contas, os auditores... só o BPN é que não”. Para Nuno Melo, a explicação é simples: “A deputada Sónia Sanfona tem dificuldades em distinguir o governador do BP do seu colega de partido”. ■



Relatório

BPN vítima de negócios “megalómanos” e da crise

• O BPN entrou numa situação de “imminente ruptura de pagamentos e de abaixamento do seu *rating* que, num contexto de crise do sistema financeiro mundial, inviabilizava, objectivamente, uma solução diferente da nacionalização”, conclui o relatório final da comissão parlamentar de inquérito, elaborado pela deputada socialista, Sónia Sanfona.

Nacionalização poderá ser a única solução do banco

O relatório diz que a “deterioração” do banco resultou de negócios megalómanos, da exposição excessiva a certos riscos de crédito, pagamento de remunerações em dinheiro vivo, a alguns colaboradores, entre outras questões.



Caso BPN

Relatório da comissão desculpabiliza o BdP

• O relatório que a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN vai apresentar ao Parlamento conclui que o Banco de Portugal (BdP) “não ignorou” nem “permitiu” a situação de inviabilidade do banco, segundo o documento a que a agência Lusa teve acesso.

“O facto de o BPN ter chegado à situação de inviabilidade a que chegou não permite retirar a ilação de que o BdP terá, de forma directa e intencional, ignorado ou permitido essa situação”, refere a versão final do relatório (*ler mais na pág. 8*).

BE insurge-se. Ainda sobre todo este caso, o Bloco de Esquerda já veio criticar a decisão

do BdP de integrar nas contas do BPN as operações realizadas pelo Banco Insular, impedindo assim que os cinco accionistas da entidade sejam responsabilizados pelos ilícitos e crimes financeiros detectados.

• A equipa

Banco Insular sem processo é um alívio para os seus

5
gestores



Comissão de Inquérito ao caso BPN iliba Banco de Portugal

POLÉMICA O relatório que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ao BPN vai apresentar à Assembleia da República iliba o Banco de Portugal (BdP) de falhas na acção fiscalizadora, ao concluir que o BdP “não ignorou” nem “permitiu” a situação de inviabilidade do banco. “O facto de o BPN ter chegado à situação de inviabilidade a que chegou não permite retirar a ilação de que o BdP terá, de forma directa e intencional, ignorado ou permitido essa situação”, refere o relatório da CPI, elaborado pela deputada socialista Sónia Sanfona.

“Ao longo destes anos o BdP acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua, sendo de relevar neste âmbito as queixas dos responsáveis do BPN que considera-



Vítor Constâncio, Governador do Banco de Portugal

vam essa acção persecutória”, acrescenta o relatório, com mais de 340 páginas, a que a Lusa teve acesso.

O documento, que será debatido hoje pela CPI e votado em plenário quinta-feira, refere que ocorriam no banco “práticas ilícitas (...) dolosamente escondidas [que] não

foram descobertas pelas entidades internas e externas de auditoria, ou, pelo menos, não foram relatadas”.

Conclui ainda o relatório que a nacionalização do BPN foi a “melhor opção”, devido à ausência de um plano “viável”, de interessados na compra do banco e aos riscos sis-

Oposição contra

PSD, CDS-PP, BE e PCP vão votar contra o relatório da Comissão de Inquérito. “Confunde política com factos”, criticou o deputado Hugo Veloso, do PSD. Nuno Melo, do CDS-PP, prometeu apresentar alternativas e João Semedo, do BE, considerou que “as conclusões têm um tom geral benevolente”. Já Honório Novo, do PCP, disse que “o relatório está governamentalizado”.

témicos associados à falência. Segundo o documento, o BPN “chegou em 2008 a uma situação iminente de ruptura de pagamentos e de abaixamento do seu rating”. Ao mesmo tempo, o contexto de crise mundial “inviabilizava uma solução diferente da nacionalização”. **METRO**



COMISSÃO PARLAMENTAR

Nacionalização do BPN foi a melhor opção

A nacionalização do BPN foi a **“melhor opção”** devido à ausência de um plano **“viável”**, de interessados na compra do banco e aos riscos sistémicos associados à falência, conclui a proposta de relatório final da comissão de inquérito parlamentar. O documento elaborado pela socialista Sónia Sanfona afirma que o Banco Português de Negócios (BPN) **“chegou em 2008 a uma situação iminente de ruptura de pagamentos e de abaixamento do seu rating”** e que o contexto de crise financeira mundial **“inviabilizava uma solução diferente da nacionalização”**. **“Não havendo realmente um plano viável para manter a instituição, designadamente, não havendo quem estivesse interessado na sua aquisição, a falência teria, para além dos riscos sistémicos, um custo provavelmente maior do que a nacionalização, tendo-se esta mostrado como a melhor opção”**, afirmam as conclusões do relatório final da comissão parlamentar de inquérito à situação que levou à nacionalização do BPN. O Governo decidiu nacionalizar o banco em Novembro de 2008 devido à situação **“excepcional”** e **“delicada”** que o banco vivia, disse então o ministro Teixeira dos Santos, que destacou sobretudo está a **“situação muito perto da iminente ruptura de pagamentos”** da instituição. A proposta de conclusões defende que, uma vez que o BPN detinha 8,5 mil milhões de euros de depósitos, **“caso falhasse o pagamento, ou ocorresse a devolução do dinheiro aos depositantes, poderia induzir o levantamento generalizado de biliões de euros que o sistema financeiro não podia dar resposta”**. Os problemas do banco terão sido agravados especialmente pelos **“prejuízos das operações via Banco Insular”**, que, **“ao serem consolidados no seu balanço, levaram a que a sua estrutura financeira ruísse”**. **“A instituição foi sempre cumprindo o rácio de solvabilidade, se excluirmos as responsabilidades para com o Banco Insular e para com o balcão virtual, cuja existência foi sempre escondida. Com efeito, estas responsabilidades não figuravam no balanço, nunca foram detectadas pelos revisores oficiais de contas e auditores, nem reportadas por ninguém às autoridades de supervisão”**, refere a proposta de conclusões do banco.



Caso BPN Versão final e conclusões discutidas hoje no Parlamento

Vitor Constâncio respondeu dois dias às perguntas dos deputados



PEDRO CUNHA

Reações

PS

Sónia Sanfona, a deputada do PS responsável por redigir o relatório final da comissão de inquérito ao BPN, considera que o BdP "fez o que estava previsto e que respeitou as linhas orientadoras das melhores práticas de supervisão, tendo em conta ainda as exigências de Basileia". A deputada socialista Vitor Constâncio, ao dizer que podia ter sido mais incisivo e mais diligente na sua acção fiscalizadora junto do banco liderado na altura por José Oliveira Costa.

PSD

O PSD considera a versão do relatório final "branda" e acusa o PS de omitir factos relevantes que permitiriam apresentar conclusões mais duras em relação, nomeadamente, a Vitor Constâncio. Hugo Velosa salientou que, do ponto de vista da supervisão bancária, são conhecidos diferentes factos, ao longo de vários anos, desde logo a troca de correspondência com a PGR, envolvendo o BPN.

PCP

"Decepcionantes e frustrantes." Foi deste modo que o PCP classificou a versão final do relatório, que acusa de "proteccionismo pessoal" a Vitor Constâncio. O deputado Honório Novo diz que vai apresentar "conclusões e recomendações alternativas" ao relatório final entregue pelo PS na Comissão de Inquérito parlamentar ao BPN.

Bloco de Esquerda

"Frustração." É este o primeiro comentário produzido pelo Bloco de Esquerda (BE). Para João Semedo, as conclusões "estão muito aquém do que foi apurado e evidenciado na comissão", observando que, "relativamente ao Banco de Portugal, o PS não conseguiu evitar uma discreta e envergonhada crítica, mas o tom geral das conclusões é elogioso, compreensivo e tolerante".

CDS-PP

O CDS diz que as conclusões são "politicamente motivadas" e que o documento não reflecte "meses de trabalho e várias dezenas de audições e milhares de páginas de documentos juntos". O deputado Nuno Melo realça "que ao nível da gestão do BPN, o relatório apenas se refere a três pessoas, deixando de fora as outras que tiveram um papel fundamental na prática das ilicitudes".

Banco de Portugal não falhou mas podia ter sido "mais diligente"

Relatório da Comissão de Inquérito diz que o banco central exerceu a supervisão de forma "estrita e contínua", mas deveria ter ido mais longe

Cristina Ferreira e José Manuel Rocha

● A versão final do relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN, elaborada pela deputada socialista Sónia Sanfona, iliba o Banco de Portugal (BdP) de falhas na sua acção fiscalizadora, mas considera que o organismo supervisor podia ter sido mais diligente.

O documento, que será hoje discutido na Assembleia da República, mereceu críticas generalizadas dos partidos da oposição (ver caixa ao lado). O PSD, por exemplo, diz que há "omissão de factos" que levariam a acusações mais duras.

O relatório, que tem mais de 300 páginas, afirma que "ficou claro que (...) o BdP acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estrita e contínua". E acrescenta que é disso

exemplo o facto de "responsáveis do BPN" considerarem essa "acção persecutória".

Mas também refere que o BPN "incumpriu, de forma reiterada e propositada, algumas indicações" do supervisor. "Tal facto, conjugado com o apuramento de outras situações menos transparentes, poderia ter determinado uma acção mais incisiva e mais diligente do BdP, uma vez que o crédito profissional e a confiança pessoal depositados nos administradores, *maxime* no dr. Oliveira Costa, não correspondeu às expectativas."

A relatora sustenta que a supervisão prudencial do banco central padeceria das mesmas dificuldades que a supervisão a nível internacional face a uma administração (a do BPN) que, "valendo-se de um princípio de confiança institucional, que subjaz ao sistema financeiro em geral, ludibriou propositada e reiteradamente a supervisão,

procurando evitar que aquela pudesse cumprir cabalmente o seu papel".

A versão final do relatório defende, ainda, que a nacionalização do BPN foi a solução mais adequada, pois o banco "chegou, em 2008, a uma situação iminente de ruptura de pagamentos e de abaixamento do seu *rating*".

8,5

À data da nacionalização, o BPN tinha 8,5 mil milhões de euros em depósitos cujo pagamento não poderia falhar

A administração de Oliveira Costa é acusada de ter levado o banco a uma situação de "forte deterioração", através de negócios "megalómanos", exposição excessiva a certos riscos de crédito e excessiva concessão de crédito a empresas do grupo.

Esta actuação "megalómana" foi

possível, diz ainda o documento, por que, a determinada altura, "o grupo passou a desenvolver a sua actividade em dois níveis: um transparente e legal e outro mais obscuro e com recurso a práticas ilícitas". No lado ilícito funcionava como alavanca o recurso a *offshores* e a outras entidades, como Banco Insular.

Face à evidência destas práticas ilícitas e, também, ao facto de haver contradições entre depoimentos nas audições da Comissão de Inquérito, o relatório vai ser enviado à Procuradoria-Geral da República.

Para o poder político fica um conjunto de sugestões no sentido de aperfeiçoar a supervisão bancária, nomeadamente através de uma maior cooperação entre a CMVM e o Banco de Portugal.

O documento será hoje discutido em comissão. Na próxima quinta-feira, vai a plenário para aprovação.

**Relatório do caso BPN****Constâncio
podia ter sido
mais diligente**

● O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito à supervisão no caso BPN sustenta que o Banco de Portugal exerceu o seu papel de forma “estrita e contínua”, mas que a sua acção podia ser “mais incisiva e mais diligente”. → Economia, 15



INQUÉRITO PARLAMENTAR AO CASO BPN

PS iliba atuação de Constâncio

■ O relatório final da comissão de inquérito à nacionalização do BPN, que será hoje aprovado pelos deputados, conclui que o Banco de Portugal (BdP) acompanhou e supervisionou o BPN “de forma estreita e contínua”. No documento, lê-se que a deterioração da situação do BPN “não permite retirar a ilação de que o BdP terá, de forma direta e intencional, ignorado ou permitido essa situação, já que as práticas ilícitas são dolosamente escondidas e não foram sequer descobertas pe-

BdP “exerceu supervisão de forma estreita”, conclui o relatório

las entidades internas e externas de auditoria, ou, pelo menos, não foram relatadas, como se comprova”.

Ainda assim, o relatório admite que a instituição liderada por Vítor Constâncio podia ter sido “mais incisiva e diligente” perante a administração do BPN que, “valendo-se de um princípio de confiança institucional, que subjaz ao sistema financeiro, ludibriou propositada e reiteradamente a supervisão, procurando evitar que aquela pudesse cumprir cabalmente o seu papel”.

O inquérito parlamentar conclui



Governador isento de culpas

que a “deterioração” do banco resultou, “além dos negócios megalómanos desenvolvidos pelo Grupo, da exposição excessiva a certos riscos de crédito (imobiliário), excessiva concessão de crédito a empresas do grupo, avaliação deficiente de ativos, empréstimos concedidos sem garantias”, bem como “o pagamento de remunerações em dinheiro vivo a alguns colaboradores, à margem da contabilidade oficial e à custa de milhões de euros dos portugueses”. □